

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social -**
2 **SEDS/PR**
3 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC**
4 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 5º Andar Bloco 'C' -**
5 **Palácio das Araucárias**
6 **CEP 80530-915**
7 **Curitiba - Paraná**
8



9 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**
10 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA CEAS/PR – 05 E 06/07/2012**
11 **POSSE DO BIÊNIO 2012/2013**
12

13 Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, às 8h30 minutos em primeira
14 convocação e às 9h00 com qualquer número de Conselheiros presentes, no auditório do 7º
15 andar da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, localizada no
16 Palácio das Araucárias à rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – Centro Cívico, em Curitiba – PR,
17 realizou-se a Assembleia Ordinária do **Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR**,
18 evento esse destinado a dar posse aos Conselheiros que passarão a compor esse Colegiado, no
19 Biênio 2012/2013. Previamente convocados, fizeram-se presentes os • **Conselheiros da**
20 **Sociedade Civil Organizada** •**Fernanda Albuquerque Campos (Associação de Pais e**
21 **Amigos dos Excepcionais/Escola Jesus Menino), •Flávia Leite da Silva Souza**
22 **(Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região), •Daiana Sprada (Ação**
23 **Social do Paraná – ASP), •Inês Roseli Soares Tonello (Associação de Pais e Amigos**
24 **dos Excepcionais – APAE), •Tiago de Matos (Usuário do Setor – CRAS de Goioxim),**
25 **•Andréa de Barros Netto Suarez (Ação Social Patrulha da Natureza – ASPANA),**
26 **•Plínio Marcondes Madureira (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE),**
27 **•Rita de Cássia Silva Goulart (Programa de Atenção Integral à Família – PAIF/CRAS),**
28 **•Carolina Marconi Warling (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª Região),**
29 **•Gislaine Aparecida da Silva (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª**
30 **Região), •Adriana Cristina de Lima (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 11ª**
31 **Região), •Artur dos Santos Andrade (Núcleo de Ação Solidária a AIDS – NASA).**
32 **•Conselheiros Governamentais** •**Ana Maria Macedo (Secretaria de Estado da Família**
33 **e Desenvolvimento Social – SEDS), •Márcia Tavares (Secretaria de Estado da Família**
34 **e Desenvolvimento Social – SEDS), •Miriam Fuckner (Secretaria de Estado da**
35 **Agricultura e Abastecimento -SEAB), •Sandra Regina Costa (Secretaria de Estado da**
36 **Ciência, Tecnologia e Ensino superior -SETI), •Delvana Oliveira (Secretaria de Estado**
37 **da Educação – SEED), •Eunícia Aparecida Lohn (Secretaria de Estado da Justiça e**
38 **Cidadania – SEJU), •Rosangela Heinz Gavinho Ferraz (Secretaria de Estado do**
39 **Planejamento e Coordenação Geral -SEPL), •Marli Aparecida Batista Vaz Mussolini**
40 **(Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária – SETS), •Neiva Silvana Hack**
41 **(Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS), •Nircélio Zabot**
42 **(Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social- SEDS), •Marcela**
43 **Evangelista (Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS),**
44 **•Rosalina Bergamo (Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social –**
45 **SEDS). • Convidados, colaboradores e ouvintes** •**Maria de Fátima Fiebig (FOREAS,**

46 **Ponta Grossa), • Odelita H. Milanese (Ministério Público – Coordenadoria de Direitos**
47 **Humanos)**. No horário previsto, foi dada abertura à sessão com a chegada da Sra. Secretária
48 de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Bernardi Vieira Richa. Através da
49 servidora Regina Amasiles Rodrigues Costa, integrante da equipe da Secretaria Executiva dos
50 Conselhos, a mesa de honra foi composta contando com as presenças além da Secretária
51 Fernanda, da Assessora Técnica da SEDS Ana Maria Macedo, da Secretária Executiva dos
52 Conselhos, Helena Navarro Gimenez e do representante do FOREAS da Regional de Curitiba. No
53 momento inicial, ouviu-se a saudação da conselheira governamental do Conselho Ana Maria
54 Macedo, que em breves palavras explanou sobre a Política de Assistência Social e o papel dos
55 Conselhos, nessa caminhada. Na sequência, foi a vez da Senhora Secretária de Estado da
56 Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, que saudou o novo grupo de Conselheiros,
57 ao mesmo tempo em que demonstrava que essa valorosa caminhada pelas conquistas sociais
58 da população paranaense , seria executada pela junção de força de Sociedade Civil e Governo.
59 Desejando ao Conselho Estadual uma gestão repleta de realização, a Secretária e Primeira
60 Dama do Estado. Declarou empossados na forma de Lei os Conselheiros Governamentais, da
61 Sociedade Civil, Titular e Suplente, para o Biênio 2012-2014, do CEAS/PR. Os Conselheiros
62 componentes do CEAS-PR tomaram seus assentos e em seguida ouviu-se a fala da Secretária
63 Executiva Helena Navarro Gimenez, que a todos desejou boas vindas. A título de informação,
64 comentou que os recém-empossados receberão uma pasta com todas as informações
65 necessárias sobre o funcionamento desse Colegiado, bem como as legislações pertinentes.
66 Outros dados também foram repassados referentes ao funcionamento das Comissões
67 Temporárias e Permanentes, cujos relatórios sobre os assuntos tratados deverão ser submetidos
68 à apreciação da plenária. Na sequência, os Conselheiros foram convidados a proceder a sua
69 auto-apresentação e representatividade, visando uma maior interação do novo grupo. •**Rita de**
70 **Cássia da Silva Goulart** (Atenção Integral à Família – PAIF/CRAS – Regional de Maringá),
71 •**Rosalina Bergamo** – (Suplente da Conselheira Mariluz Petry – Escritório Regional de
72 Maringá), •**Daiana Sprada** – (Titular – Ação Social do Paraná – ASP - Regional Curitiba),
73 •**Andréa de Barros Netto Suarez** - (Titular – Ação Social Patrulha da Natureza – ASPANA –
74 Regional de Irati), •**Inês Roseli Soares Tonello** - (Titular – Associação de Pais e Amigos dos
75 Excepcionais – APAE- Regionais de Francisco Beltrão e Pato Branco), •**Plínio Marcondes**
76 **Madureira** - (Titular – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE da Regional de
77 Jacarezinho), •**Gislaine Aparecida da Silva** – (Titular – Conselho Regional de Serviço Social –
78 11ª Região Regional de Umuarama – Cianorte), •**Adriana Cristina de Lima** - (Núcleo Regional
79 de Serviço Social – NUCRESS- Regional de União da Vitória), •**Fernanda Albuquerque Campos**
80 - (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Escola Jesus Menino Regional de Campo
81 Mourão) •**Artur dos Santos Andrade** - (Titular – Núcleo de Ação Solidária a AIDS – NASA-
82 Regional de Foz do Iguaçu), •**Carolina Marconi Warling** - (Titular – Conselho Regional de
83 Serviço Social – 11ª Região – Regional de Paranavaí), •**Flávia Leite da Silva Souza** -
84 (Suplente – Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região – Regional de Cornélio Procópio),
85 •**Danielle Massignan Vieira** (Integrante do Núcleo Jurídico da SEDS), •**Marcela Evangelista**
86 - (Suplente Governamental – Grupo Financeiro da SEDS), •**Delvana Lúcia de Oliveira**
87 (Suplente Governamental – Secretaria de Estado da Educação – SEED), •**Sandra Regina Costa**
88 (Titular Governamental – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI),

89 •**Tiago de Matos** - (Suplente – Usuário CRAS – Regional de Guarapuava), •**Neiva Silvana**
90 **Hack** (Suplente Governamental – Coordenação de Proteção Social Especial – SEDS), •
91 **Rosângela Heinz Gavinho Ferraz** - (Titular Governamental – Secretaria de Estado do
92 Planejamento e Coordenação Geral – SEPL), •**Elaine Mara Robelo** - (Titular Governamental –
93 Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB), •**Atáise de Lima Vilas Boas**
94 **Maronese** - (Titular – Núcleo Regional de Serviço Social – NUCRESS – Regional de Ponta
95 Grossa, •**Letícia Reis** - (Titular Governamental – Unidade Técnica do Programa Família
96 Paranaense no Paraná - SEDS), •**Marli Batista Mussolini** - (Titular Governamental Ouvidora
97 da Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária – SETS), •**Ana Maria Macedo** -
98 (Titular Governamental – Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Família e
99 Desenvolvimento Social – SEDS). Nesse momento, a Conselheira Ana Maria saudou o novo
100 Colegiado, enfatizando que a tarefa dos Conselheiros é de vital importância, daí a necessidade
101 de se trabalhar com assiduidade e pontualidade, uma vez que as atividades do CEAS-PR
102 deverão ser executadas com absoluta paridade. Dando as boas vindas, a Conselheira clamou
103 por bençãos que fortifiquem e unam esse grupo, em benefício da população paranaense.
104 Retornando, a Secretária Executiva Helena relatou a existência no Conselho de quatro
105 Comissões Temáticas permanentes, previstas no Regimento Interno: - **1-) Comissão de**
106 **Políticas Sociais, 2-) Comissão de Articulação e Mobilização, 3-) Comissão de**
107 **Documentação e Rede Socioassistencial, 4-) Comissão de Financiamento e**
108 **Gerenciamento do Fundo.** Paulatinamente, foi esclarecendo o plenário sobre as incumbências
109 que cabem a cada um desses grupos de trabalho. Ao mesmo tempo, informou que as
110 **Comissões Temporárias** podem ser instituídas a qualquer momento, bem como a sua
111 extinção. • Comissão da Frente Parlamentar, Comissão de Revisão da Lei, Comissão de
112 Organização da Conferência Estadual, Comissão de Revisão do Regimento interno, essa
113 recentemente instalada devido às diversas incongruências encontradas nesse documento.
114 Reforçando as exposições, a **Secretária Executiva Helena** pontuou que além das Comissões
115 Permanentes e Temporárias já mencionadas, existem ainda as Comissões Intersetoriais
116 compostas por outras Secretarias de Estado e outros Conselhos. Hoje o CEAS-PR compõe a
117 Comissão Intersetorial de Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta
118 Complexidade, solicitou pois a **Conselheira Suplente Neiva** que trabalha na Coordenação de
119 Proteção Social Especial, para que exponha as atribuições dessas Comissões, mesmo porque
120 dessa mesma data, o Colegiado deverá sair com as novas indicações para compor essas
121 comissões. Ouviu-se da **Técnica Neiva** que a Comissão de Reordenamento dos serviços de alta
122 complexidade objetiva justamente reordenar as ações de acolhimento no Paraná, referentes a
123 crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiências. Essa Comissão vem atuando 6
124 meses, com com prazo a ser prorrogado; sua composição é enriquecida pela participação de
125 diversas Secretarias Estaduais e representações da Sociedade Civil. Entre outras atividades,
126 hoje olha-se para os Convênios que o Estado estabelece. Algumas informações foram também
127 relatadas sobre a Comissão de Convivência Comunitária. Mantendo a sequência dos trabalhos, a
128 Secretária Executiva Helena iniciou as recomposição das Comissões Temáticas, adequando os
129 novos Conselheiros às atividades propostas por cada grupo de trabalho. Nesse momento, houve
130 a sugestão da **Conselheira Ana Maria** :- tendo em vista o desejo manifestado por alguns
131 Conselheiros, no sentido de trocar de Comissão, que todo o grupo de posse do Regimento,

132 realizar uma rápida reunião na sala ao lado, negociando essas permutas e flexibilizando as
133 agendas • **Reinício das atividades às 10:30 horas** .- Ao retornar, a **Secretária Helena**
134 explanou aos Conselheiros a nova composição das Comissões, relatando ainda que o necessário
135 apoio técnico a ser prestado a esses grupos, dependerá da indicação de cada Coordenação.
136 Enfatizou que na pasta distribuída, consta o Relatório de Gestão do qual restam algumas
137 pendências, que essa nova gestão terá a responsabilidade de assumir, iniciando as discussões.
138 Realçou que o CEAS/PR é o único Conselho do Brasil que tem a sua composição regionalizada.
139 Uma das incumbências dos Conselheiros da Sociedade Civil é trazer as demandas dos
140 municípios, cujos pleitos nem sempre chegam até o Conselho; lembrou da mesma forma, a
141 necessidade de dinamizar e rearticular os Fóruns Regionais de Assistência Social - FOREAS,
142 trazendo-os para as Assembleias, fortalecendo assim a Política. • Na sequência, a **Secretária**
143 **Helena** citou que os Conselheiros receberão sempre os e-mails da Secretária Executiva,
144 contendo todas as informações necessárias para os seus deslocamentos a Curitiba, Solicitou a
145 colaboração de que sejam respeitados os prazos para proceder as suas confirmações de
146 presença, sem as quais não se poderá garantir as reservas no hotel. Em caso de impedimento,
147 comunicar ao setor, sob pena do Conselheiro seu responsável pelo pagamento da diária. Desde
148 de logo, foi preciso esclarecer as questões financeiras com as quais os Conselheiros irão se
149 deparar. Para isso, contou-se com as informações repassadas pela responsável da área
150 financeira da SEDS, **Conselheira Marcela Evangelista**. Os novos Conselheiros deverão
151 adquirir suas passagens de ida e volta no seu local de origem, apresentando os tickets originais
152 ou cartão de embarque (aéreo) na Secretaria Executiva, para serem atestados e encaminhados
153 para o devido ressarcimento. Foi válido esclarecer que as passagens de volta deverão ser
154 autenticadas em Cartório, uma vez que o Núcleo Jurídico da SEDS não aceita xerox. Poderão ser
155 utilizados também os recibos a serem fornecidos pelas empresas, que somente será necessário
156 se não houver mais o comprovante original das passagens. O reembolso dessas despesas segue
157 trâmites formais, até chegar à Secretária de Estado para a autorização final (prazo de 30 a 40
158 dias). Definiu ainda a técnica Marcela Evangelista, ser necessário obter de todos os Conselheiros
159 não residentes em Curitiba, os respectivos CPF, RG, comprovante de residência e conta bancária
160 ativa (evitar poupança), para compor um cadastro simples. Ainda foi dito que os Conselheiros
161 poderão utilizar transporte aéreo, caso o valor dessa passagem seja inferior ou igual ao da
162 terrestre. Para os Conselheiros que retornarem à noite aos seus municípios de origem, o Hotel
163 disponibilizará 2 quartos para a guarda de bagagens, já que as diárias são encerradas às 12h00.
164 Com relação ao reembolso das despesas com táxis, serão pagas mediante apresentação de
165 recibos devidamente preenchidos. Foi lembrado pela **Conselheira Inês Roseli** que
166 anteriormente a Sociedade Civil tinha à disposição no próprio hotel, uma sala onde seriam
167 realizadas as reuniões costumeiras desse segmento (as quintas-feiras, pela manhã). Segundo a
168 Secretária Executiva Helena, seria possível disponibilizar um local na Secretaria de Estado da
169 Família e a Van faria o transporte dos Conselheiros, facilitando a sequência das atividades.
170 Conversando, numa breve definição os Conselheiros foram unânimes em concluir que uma
171 capacitação deverá ser planejada para esse grupo já na reunião de agosto, uma vez que são
172 muitos os esclarecimentos a serem repassados no que se refere à utilização dos recursos
173 (fundo) e sua consequente aprovação. Diante de alguns questionamentos, foi esclarecido não
174 ser possível disponibilizar recursos para pagar refeições no trajeto da viagem, nem combustível

175 caso a viagem seja realizada de carro. Retornando, foi ponderado pela **Conselheira Ana**
176 **Maria**, que os Conselheiros da Sociedade Civil passassem a se reunir a partir de setembro,
177 reservando a data anterior à plenária de agosto para receberem a capacitação a ser ministrada,
178 por Marcela Evangelista, já que deverão estar devidamente preparados para aprovar o Plano
179 Estadual. Nesse momento, a Secretária Executiva **Helena Navarro Gimenez** colocou que o
180 Regimento Interno desse Colegiado prevê que a eleição da nova Presidência ocorrerá na 2ª
181 reunião dessa gestão, assim para a Assembleia dessa sexta-feira será indicada uma Presidência
182 “ad hoc”. A última presidência foi exercida pela **Conselheira Maria Cecília Fantin** e a próxima
183 será do segmento Governamental, com mandato de 1 ano, com uma prorrogação. Sugeriu que o
184 Conselho promova uma discussão, para a escolha do (a) Conselheiro (a) que conduzirá os
185 trabalhos do dia seguinte, bem como da próxima Presidência e Vice-Presidência. Na parte da
186 tarde, desse mesmo dia, os Conselheiros estiveram reunidos nas atividades das Comissões
187 Temáticas. • **Assembleia Ordinária - dia 06/07/2012.** A Secretária Executiva dos Conselhos,
188 **Helena Navarro Gimenez** realizou a 1ª convocação para a Assembleia Ordinária às 8h45
189 minutos, tendo em vista a ausência de uma Presidência. Lembrou que nessa data o Presidente
190 “ad hoc” indicado deverá estar responsável pela assinatura dos ofícios e deliberações,
191 provenientes do plenário. Pediu a palavra o **Conselheiro Artur** (da Regional de Foz do Iguaçu),
192 informando que os Conselheiros da Sociedade Civil indicaram a Conselheira **Inês Roseli**, porém
193 foi esclarecido que seria para o processo seguinte. Assim para a condução da presente
194 Assembleia, apontou-se o nome da **Conselheira Marcela Evangelista** (Segmento
195 Governamental – SEDS), convidada para tomar assento à mesa diretiva. • **Apreciação da**
196 **pauta:** - A pedido da **Conselheira Inês Roseli**, a o CMAS de Francisco Beltrão solicita a
197 análise de ofício já encaminhado ao CEAS, cuja resposta revelou não ter havido a real
198 compreensão por parte do Conselho, uma vez que se trata de uma questão jurídica (inclusão de
199 pauta).• **APROVADA** • **Apreciação da Ata** – Encaminhada aos Conselheiros, sendo
200 providenciadas as correções indicadas. - **Aprovada.** • **Informes da Secretaria Executiva**
201 **por Helena Navarro Gimenez .** • **Informe CEAS -Julho 2012. 1)** No dia 27 de junho de
202 2012, foi recebido o ofício nº114/2012 do CMAS de Londrina informando sobre a
203 indisponibilidade da Conselheira Titular Silvana Gomes dos Santos, de assumir a vaga como
204 titular no CEAS/PR. Foi encaminhado ofício da Secretaria Executiva como resposta, solicitando
205 indicação do município por outra usuária que tenha participado das Conferências Municipais e
206 Regionais de Assistência Social, no ano de 2011. **2)** No dia 22 de junho, foi recebido ofício
207 nº25/2012 do Fórum Paranaense da Pessoa Idosa, convidando os conselheiros do CEAS para a X
208 Assembleia do Fórum Paranaense da Pessoa Idosa. **3)** No dia 03 de julho recebeu-se o ofício
209 circular nº015/2012 da Secretaria de Estado de Saúde, com o convite para o I Encontro de
210 Saúde Mental do Estado do Paraná. Solicitam que a ficha de inscrição seja preenchida por um
211 representante do CEAS e encaminhada para a Secretaria de Saúde, até o dia 05 de julho de
212 2012. **4)** A Conselheira Suplente, Gladys Tortato, encaminhou justificativa de ausência pois
213 estará participando do Encontro sobre Monitoramento da Política de Assistência Social em
214 Brasília, nos dias das reuniões do Conselho. **5)** A Conselheira Titular Larissa Tissot, encaminhou
215 justificativa de ausência pois estará representando o CEAS no Encontro sobre Monitoramento
216 em Brasília. **6)** A Conselheira Tirtular, Mariluz Petry, representante do Escritório Regional de
217 Francisco Beltrão da SEDS, encaminhou justificativa de ausência na reunião do CEAS, por conta

218 de problemas de saúde. A sua suplente, Rosalina Bérghamo, representante do Escritório Regional
219 de Maringá estará presente. **7)** A Conselheira Titular Ataíse Vilas Boas encaminhou justificativa
220 de ausência na reunião plenária do CEAS no dia 06/07, por conta de exames de saúde
221 agendados anteriormente. **8)** A Conselheira Titular Aparecida, justificou sua ausência devido a
222 compromisso de trabalho. Informando que a sua suplente estará presente. **9)** A Conselheira
223 Titular da Saúde justificou sua ausência por estar de férias nos dias 05 e 06/07 e informou que a
224 sua suplente encontra-se de licença. **10)** O Conselheiro Rodrigo da COHAPAR, encaminhou
225 justificativa devido a sua ausência na reunião plenária do dia 06/07 considerando os seus
226 compromissos de trabalho. Oportunamente, a Secretária Executiva Helena esclareceu aos
227 Conselheiros, orientando-os para que assinem sempre as listagens de presenças, uma vez que
228 não serão aceitas assinaturas posteriores ao momento das reuniões. Caso haja um
229 esquecimento, as faltas serão contabilizadas através desses documentos, sem possibilidade de
230 retorno. • **Relatórios das Comissões • Comissão de Financiamento • Relatora:**
231 **Conselheira Marcela Evangelista • Plano de Ação de 2012** (site do MDS). Foi esclarecido
232 que cabe ao gestor preencher esse documento até 15/06 (já realizado), e o Conselho deverá
233 aprová-lo até 15/07. Foi apresentado o Plano de Ação à Comissão com relato da servidora
234 Marcela sobre as ações previstas para 2012. A **Conselheira Marcela Evangelista** explanou os
235 itens do documento colocando em tela e que deverá ser encaminhado a Brasília. (índice de
236 gestão descentralizada). Entre os esclarecimentos, o **Conselheiro Nircélio Zobot** (SEDS -
237 Coordenação de Renda e Cidadania) pediu a palavra, objetivando clarear os índices e taxas que
238 repercutem nos recursos destinados à gestão dos programas do Bolsa Família e Cadastro Único.
239 Disse ser importante destacar que o executor primordial desses dois programas é o Município,
240 que pactua essa responsabilidade com o MDS, mediante um termo de adesão. Esse documento
241 implica pois que o Município tenha um gestor indicado pelo Prefeito (normalmente é o
242 Secretário de Assistência Social), constituindo uma Comissão Intersetorial de controle social
243 dessas duas ações, devendo haver responsabilidade em relação às agendas da saúde e
244 educação. A execução implica no acompanhamento das famílias beneficiárias na observação do
245 calendário da saúde, feito pelo SISVAN supervisionando tanto crianças (0 a 6 anos), quanto
246 mulheres em idade fértil (14 a 44 anos). Essas condicionalidades são extremamente
247 importantes e tem uma relação muito grande com a Assistência Social. A grande aposta do
248 Bolsa Família é constituir mais condições de reverter a situação de vulnerabilidade das famílias,
249 mediante o acesso à educação e à saúde. São duas condições estruturantes e exigem o devido
250 acompanhamento a ser efetuado pelos Municípios através de cadastros de qualidade, válidos
251 por 24 meses. Homenageando os novos Conselheiros, o **Coordenador Nircélio Zobot**
252 informou que o papel da sua Coordenadoria e do Estado, é fazer o apoio técnico aos Municípios,
253 para que realizem a gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único. É incumbência desse
254 Conselho promover a articulação dessas ações com as Políticas Sociais. Apresentou a
255 **Conselheira Delvana** como Operadora Master Estadual da frequência escolar, enfatizando que
256 o Estado do Paraná tem tido excelente desempenho no acompanhamento de crianças de 6 a 15
257 anos atingindo 91,11%, na verdade o 2º melhor trabalho realizado no país. Complementando, a
258 **Conselheira Delvana** esclareceu que essa excelente colocação é resultado de um trabalho
259 intersetorial. Mesmo do alto dessa situação, vê-se ainda algumas sérias questões a serem
260 observadas pois o índice de acompanhamento por municípios ainda é baixo. A coordenação

261 Estadual necessita ter ações que atinjam todos os municípios, uma das grandes dificuldades são
262 as constantes mudanças das famílias. Uma proposta surgiu, no sentido de acrescentar uma
263 observação no documento de transferência, alertando que a criança é beneficiária da Bolsa
264 Família, oferecendo aos Operadores Municipais Master uma senha para entrar no sistema e
265 realizar a busca dos alunos não localizados, que retrata uma questão problemática. Foi a vez do
266 **Conselheiro Plínio** (Regional de Jacarezinho) informar que através de agência de pesquisa de
267 desenvolvimento humano, constatou-se que num levantamento realizado em 23 Municípios da
268 sua região, um grande número de alunos evadidos das escolas ainda permaneciam no sistema,
269 o que gerou uma situação muito séria. O Estado do Paraná colocado numa situação de
270 excelência, na realidade apresentava uma situação mascarada. Segundo a **Conselheira**
271 **Rosalina Bérghamo**, o Município de Maringá apresenta certas dificuldades justificadas pelas
272 constantes mudanças do setor da educação, perdendo assim as referências. Seria muito positivo
273 a realização de um encontro para alinhar essas questões naquela região. Considerando os
274 aspectos mencionados. A **Conselheira Delvana** (SEED) apontou que é do conhecimento de
275 todos as dificuldades enfrentadas pelos Municípios, na questão do registro das frequências.
276 Trata-se de uma situação técnica, mas também pedagógica. Numa ação conjunta com o MEC,
277 nesse ano serão capacitados mais 110 novos operadores. Cientes dos problemas enfrentados
278 ocasionados pelas constantes mudanças nos Núcleos Regionais, uma ampla capacitação
279 ocorrerá nos próximos dias 26 e 27/07, no Hotel Elo Inn, onde se fará presente a Comissão
280 Estadual Intersetorial do Bolsa Família, mais dois técnicos do MEC. Para o 2º semestre, planeja-
281 se uma formação continuada à distância e Web dirigida aos Diretores; segundo os operadores, o
282 distanciamento é a causa dos entraves. Na tarde do 2º dia do próximo evento, haverá um
283 espaço com reunião reservada para os grupos regionais e os Municípios, discutindo as ações e o
284 devido acompanhamento. Diante dessas colocações, a **Conselheira Inês Roseli** ressaltou a
285 importância dos Conselheiros lerem todo o material encaminhado pela Secretaria Executiva.
286 Existe uma ação efetiva para garantir esse documento que será aprovado. Visando esclarecer
287 ainda mais, o **Conselheiro Nircélio Zobot** informou que existem 2 condições para o Município
288 permanecer com os recursos do IGDE: - **1º)** possuir as taxas de informação sobre as
289 condicionalidades, atingindo índices superiores a 20%. **2º)** o Município deverá prestar contas
290 das ações e dos recursos aplicados, mediante aprovação no Conselho Municipal de Assistência
291 Social. Existem 6 Municípios que não prestaram contas ou não houve a informação do Conselho
292 Municipal de Assistência Social, aprovando essas contas referentes a 2010 e 2011 – são eles: -
293 Doutor Ulysses, Guaraci, Itaperuçu, Guaraqueçaba, Santa Terezinha de Itaipu e São Jorge do
294 Oeste (estão desde 2011 sem receber recursos). A **Conselheira Marcela** prosseguiu a leitura
295 do seu relato. **IGD/SUAS** – itens 16 a 23, respondendo a alguns questionamentos dos
296 Conselheiros. • **Aprovado o Plano de Ação – exercício 2012.** Foram apresentados os
297 balancetes das fontes de recursos do FEAS para ciência dos Conselheiros. **CIENTE.** Foi lido o
298 Ofício nº 02/2012 CF/SE/CNAS – sobre a previsão orçamentária de 2013, contemplando às
299 Conferências de Assistência Social. **CIENTE.** Foram lidos os ofícios circulares nº 17 e 28 do FNAS
300 que tratam dos repasses de recursos do FNAS. **CIENTE.** Protocolo nº 11472492-0 – Associação
301 de Proteção à Criança e à Família, será analisado pela Plenária. Encaminhamento da Plenária:
302 envio de ofício do CEAS para o Gabinete da SEDS, para que a mesma responda a Casa Civil,
303 justificando que o pedido da instituição não se enquadra na tipificação das políticas de

304 Assistência Social e sugerindo que a solicitação seja encaminhada ao Conselho Estadual de
305 Educação, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente e para os Ministérios
306 através de consulta ao SICONVI. Protocolo nº 11520134-4 – Informação do Núcleo Jurídico da
307 Administração da SEDS sobre a execução do recurso do IGD (BF e SUAS) para o Controle Social.
308 Proposta de R\$ 52.338,55, sendo R\$ 17.000,00 para participação dos Conselheiros da Sociedade
309 Civil em eventos nacionais e R\$ 37.338,55 para publicações (LOAS, Cartilhas, Folders, entre
310 outros materiais gráficos específicos da política de Assistência Social). **APROVADO. Parecer da**
311 **Plenária: APROVADO.** A **Conselheira Marcela** ainda discorreu sobre outras questões
312 financeiras, esclarecendo os Conselheiros no que se refere às diversas fontes de recursos, a
313 saber: - **Fonte 100** :- recursos do Tesouro – **Fonte 250:** doações. **Fonte 142** – retorno do BID –
314 **Fonte 148** – recursos do Banco do Brasil – **Fonte 281** – IGDS (da União) – **Fonte 257** –
315 recebido do DETRAN (escolha de placas). Segundo a técnica **Marcela Evangelista**, o Setor
316 Financeiro repassará mensalmente aos Conselheiros, um balancete contendo detalhes sobre as
317 contas dos recursos vinculados. No que se refere à Lei que irá formalizar o repasse Fundo a
318 Fundo para os Municípios, só estará legitimada em 2013. Até lá os Municípios serão beneficiados
319 através de Convênios. **Marcela Evangelista** ainda informou que todos os recursos serão
320 destinados aos Municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano, mediante
321 levantamento que já está sendo elaborado pela **Técnica Louise**, do Núcleo de Vigilância Social.
322 O Plano de Ação para 2013 deverá ser discutido pelo Conselho até setembro, portanto está
323 sendo planejada uma capacitação sobre o Orçamento para os Conselheiros, visando repassar
324 todas as informações sobre o orçamento e sua execução. Nesse meio tempo, a **Conselheira**
325 **Suplente Míriam Fuckner** (SEAB) procedeu um questionamento, dizendo: - na reprogramação
326 do superávit do DETRAN, estavam previstos R\$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil
327 reais), sendo executados apenas R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais). Para esse
328 ano ainda esperam se mais de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Desejou saber se esses
329 recursos poderão ser utilizados para projetos de geração de renda, ações produtivas que dariam
330 autonomia para essas famílias. Respondendo, a **técnica Marcela** clareou que os recursos
331 oriundos do Detran são referentes a uma sobra de 2011, e o financiamento de projetos
332 produtivos não foi sugerido pela gestão anterior do CEAS, o que não impedirá que tal proposta
333 seja retomada. • **Planilhas dos balancetes** – Na continuidade, informou-se que em março, o
334 Conselho aprovou a execução dessas ações através desse superávit (R\$ 4.686.000,00) levando
335 a cada um dos 30 Municípios com menor índice de IDHM (Família Paranaense) a compra de uma
336 impressora e um computador (compra através de convênio). Existe também uma previsão para
337 diárias e passagens, possibilitando o deslocamento dos técnicos para as supervisões nas
338 macros. No caso de consultorias, daria condições para pessoas que possuam conhecimento na
339 área poderem contribuir com palestras destinadas aos servidores e Escritórios Regionais,
340 alcançando as metas planejadas. Vale lembrar que devido ao período eleitoral, os repasses só
341 poderão ocorrer em novembro. Foi citado pela **Secretária Executiva Helena**, que todas as
342 deliberações e resoluções encontram-se postadas no site do Conselho, desde 2005. Lembrou a
343 **Conselheira Inês Roseli** que existe um público significativo de pessoas com deficiência sem
344 amparo familiar, devendo pois ser contemplado. De maneira oportuna, o **Conselheiro Nircélio**
345 **Zabot** (SEDS) expôs ser importante discutir a lógica dos repasses de recursos. A logica anterior
346 era por projeto. Existem repercussões injustas, vinculações político-partidárias com os

347 dirigentes. A lógica como avanço, deverá ser fundo a fundo, com critérios de gestão municipal
348 porém enquanto isso não for legalizado, é importante ter critérios nos convênios. O Conselho
349 exerce o controle social e suas deliberações devem ser de acordo com a tipificação dos serviços.
350 O objetivo é investir no avanço da Política de Assistência Social, tendo a transferência de
351 recursos Fundo a Fundo. Os Municípios conhecem as suas demandas e é fundamental que os
352 novos Conselheiros conheçam esses critérios de destinação. Exercendo a sua função, a
353 **Secretária Executiva** Helena Navarro Gimenez lembrou que as comissões elaboram os seus
354 relatórios e os submetem à aprovação do plenário. Após, esses documentos são socializados
355 com todo o Estado, dessa forma os Conselheiros devem estar seguros dos encaminhamentos
356 sugeridos, uma vez que após a aprovação não poderão mais ser alterados. Aproveitando o
357 ensejo, **Helena Gimenez** ressaltou que foi discutida a capacitação sobre Controle Social, a ser
358 levada a efeito em agosto. Portanto, é necessário fazer a publicação da LOAS, fazendo constar
359 no relatório da Comissão. Concordou a **Conselheira Marcela**, pois não se tem ideia de valores
360 e assim estará garantida essa ação. (LOAS, cartilhas e folders). • **Aprovado o relatório da**
361 **Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo • Relato da Comissão**
362 **Intersetorial de Reordenamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta**
363 **Complexidade.** Segundo a **técnica Neiva** (SEDS), as atividades dessa Comissão foram
364 iniciadas efetivamente em março, com reuniões quinzenais. A origem dessa Comissão está
365 ligada aos recursos do FEAS aplicados naqueles 4 Convênios e um Contrato (PEQUENO
366 COTOLENGO, AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ, APAE, SOCORRO AO NECESSITADOS E PEQUENO
367 ACONCHEGO) e são necessários ajustes para as entidades de acolhimento. **1º)Municipalização**
368 **2º)Identificar os serviços prestados.** Relatou que essa Comissão possui integrantes de várias
369 Secretarias de Estado. Avançando nesse sentido, é necessário definir fluxos para o atendimento
370 ser dirigido a quem precisa, pois há uma lacuna na atenção à pessoa adulta tais como
371 população de rua, mulheres, pessoas com deficiência internadas em hospitais, com total
372 dependência. Atualmente a política de saúde mental não prevê acolhimento a pessoas com
373 deficiência mental e com transtornos, essa clientela vai para o Estado e o atendimento caberá a
374 Assistência. Esse processo foi iniciado há 15 anos e se não ocorrer o necessário reordenamento,
375 os números só aumentarão. Os Conselheiros foram convidados a contribuir regionalmente.
376 Avaliando a sugestão, a Conselheira **Roseli Tonello** assegurou ver a questão com bons olhos,
377 chamando a atenção para o fato de que pessoa com deficiência intelectual não é vítima de
378 doença pois em Francisco Beltrão existe uma Casa- Lar que abriga 6 meninas que estudam e
379 trabalham. Essa ação de atendimento está centralizada em Curitiba e o interior não está
380 representado. Aparteando, o **Conselheiro Plínio** (Regional de Jacarezinho) considerou ser
381 necessário um diagnóstico bem preciso. Existe um hiato de atendimento em vários níveis, nessa
382 demanda de acolhimento de pessoas especiais. Em meio às discussões, sobre o BPC; a **técnica**
383 **Neiva** informou que o Ministério Público efetuou um trabalho com as ILPIS (Instituições de
384 Longa Permanência para Idosos) para que todas as pessoas tenham um curador que será
385 responsável pelo BPC, sendo assim essa medida poderia ser aplicada também para as pessoas
386 com deficiência. Quanto aos dependentes químicos, o tratamento será buscado na Secretaria de
387 Estado da Saúde. Foi dito pela **Conselheira Rosalina Bérzano** (Regional de Maringá) que os
388 Escritórios Regionais precisam ter uma padronização de conceitos. • **Técnica Deise (SEDS)** Foi
389 apresentado um esclarecimento ao plenário sobre a construção dos CRAS no Paraná, uma ação

390 realizada pela Secretaria da Família, em parceria com o SEDU/ PARANACIDADE. Das 60 unidades
391 em sistema de construção, 43 estão ok e 17 encontram-se inativas por licitação deserta.
392 Algumas dessas obras estão suspensas, tendo em vista que as empreiteiras rescindiram os
393 contratos. Com prazo até dezembro, ficou a sugestão para o Conselho cobrar uma posição dessa
394 paralisação para o PARANACIDADE. Motivos apresentados: - moratória, mau tempo, falências
395 das empreiteiras. Foi sugerido pela **Conselheira Roseli Tonello**, que os representantes do
396 PARANACIDADE fossem convidados para proferir uma explanação na próxima Assembleia do
397 CEAS/PR, quando deverão dar explicações, prestar contas e encaminhamentos, com a presença
398 do Núcleo Jurídico da SEDS. Segundo a **Conselheira Sandra** deve-se pensar em prorrogação de
399 prazo dos convênios. • **Aprovado** • Anunciada no plenário a presença do Presidente do
400 Conselho Estadual dos Direitos do Idoso – CEDI/PR, **José Araújo da Silva**, também integrante
401 do Conselho Nacional de Assistência Social. • **Parte da tarde** • Retomada dos trabalhos às
402 13:45 horas. • **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização – Relatora**
403 **Conselheira Daiana**. Na sequência, a pedido, a **técnica Marilene** (Secretaria Executiva da
404 CIB) informou que o Plano de Providência foi pactuado com os Municípios em 28 de fevereiro,
405 conforme a Resolução 08/2012 – CIT. Apesar dos prazos, os Municípios não conseguiram cumprir
406 as suas pendências; por outro lado é preciso esclarecer que a CIB realiza o devido
407 acompanhamento a esses Municípios. Citou como exemplo o Município de Adrianópolis que
408 apesar de ter elaborado o seu Plano, não encaminhou a Resolução com a necessária publicação.
409 • **Capacitação sobre Controle Social – Técnico Pedro (SEDS)**. A pedido, foram prestados
410 alguns esclarecimentos ao plenário: - o curso dar-se à em três dias seguidos e os Conselheiros
411 Estaduais terão vagas natas, com prazo máximo de inscrição em 10/07, através do portal do
412 Governo ou no site da SEDS. As vagas remanescentes foram para os Municípios, podendo
413 acontecer duplicidade de inscrições. Caso ocorra, será possível proceder o cancelamento. Foi
414 dito que das 1824 vagas, somente 1390 foram preenchidas, com as remanescentes podendo ser
415 redistribuídas. • **Aprovado o relatório da Comissão** • **Comissão de Políticas Sociais –**
416 **Relatora Conselheira Neiva, 1) Ofício nº 001/2012 – CRAS Foz do Iguaçu:** A Comissão
417 procedeu com a leitura do ofício enviado em cópia para outras instâncias. O texto traz a
418 preocupação dos técnicos das equipes com as fragilidades na rede de atendimento municipal
419 diante do volume de demanda já atendida e de demanda reprimida. Apontam a insuficiência de
420 técnicos nas equipes, bem como de demais equipamentos da Assistência Social e Saúde.
421 Abordam também dificuldades com relação às estruturas como linhas telefônicas insuficientes,
422 poucos arquivos de aço e falta de demais equipamentos. Consideram que isto impacta à saúde
423 dos profissionais. Todo texto é respaldado nas normas e demais instrumentos legais que
424 regulam a Assistência Social. O ofício não explicita uma solicitação a este Conselho, requer
425 contudo que seja considerado na Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social. A
426 Comissão identificou que foi encaminhada cópia ao MP e ainda há divergência de datas entre o
427 ofício enviado (2012) e o documento com o conteúdo (2010). As técnicas da Coordenação de
428 Proteção Social Básica da SEDS apontaram que o mesmo ofício foi reportado a esta Secretaria e
429 que foi solicitado ao Escritório Regional de Foz do Iguaçu, um levantamento sobre as
430 informações trazidas. Este levantamento ainda está em construção. A Conselheira Sandra
431 sugeriu a articulação dos CRAS deste município com NEDDIJ – Núcleo de Defesa dos Direitos da
432 Infância e Juventude da UNIOESTE para otimizar recursos da rede. O Conselheiro Plínio sugeriu

433 que o Conselheiro da Sociedade Civil do CEAS, representante daquela região, possa articular
434 com os demais Conselheiros da região, de políticas e afins, como a Segurança Alimentar, Direitos
435 da Criança e entre outros; para verificar 'in loco' as demandas do município. Foi solicitado à
436 Coordenação de Gestão do SUAS uma cópia do Plano Municipal de Assistência Social de Foz do
437 Iguaçu. Porém esta coordenação informou a Comissão que o Plano não está finalizado e será
438 pautado em reunião extraordinária da CIB nos próximos dias. A Comissão optou por aguardar
439 maiores informações da CIB, do escritório Regional e Conselheiro da região para prosseguir com
440 encaminhamentos. Encaminhamento: articulação do Conselheiro da Região e aguardar retorno
441 da reunião da CIB e do relatório do Escritório Regional. Retornar para a pauta da próxima
442 reunião. **2) Estudos da nova planta para construção de CRAS no Estado do Paraná.** A
443 Técnica Deise, da Coordenação de Proteção Social Básica apresentou a planta para a Comissão
444 analisar. Trata-se de construções de 206 m², a ser realizada em terreno com no mínimo 500m².
445 A planta já foi aprovada pelas instâncias responsáveis na SEDS. Agora estão em definição a
446 escolha das cores, bem como as questões pertinentes à sustentabilidade ambiental da
447 construção. A Comissão apreciou a planta. A Conselheira Letícia Reis sugeriu que
448 posteriormente pode ser proposta uma segunda possibilidade de planta, com maiores
449 dimensões, cujos valores que ultrapassem ao modelo padrão estadual sejam custeados pelo
450 município. Essa sugestão embasa-se na experiência da SESA, contudo esta Secretaria propõe
451 um modelo mínimo para o bom atendimento em Unidade de Saúde no Estado. No caso dos
452 CRAS, o modelo padrão não é um modelo mínimo. Foram questionados sobre quem é o
453 responsável pelas equipes e mobiliário destes CRAS e foi esclarecido que tratam-se de
454 atribuições dos municípios, bem como destacado que, por determinação do FEAS, os municípios
455 arquem com 20% do valor investido pelo Estado na construção dos CRAS. O Conselheiro Plínio
456 sugeriu uma ampliação no espaço da recepção. Foi chamado o engenheiro Marcos Tourinho da
457 SEDS que ouviu as sugestões e fez os esclarecimentos solicitados no que se refere à estrutura.
458 No geral, a planta foi bem avaliada pela Comissão. **Parecer da Plenária: APROVADO. •**
459 **Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial – Relatora Conselheira Roseli**
460 **Tonello, 1) Questionamentos do município de Paranaguá.** Em relação ao pedido da
461 Secretaria de Assistência Social do Município de Paranaguá recebido pelo CEAS em 20/06/2012,
462 a Comissão se posicionou de forma negativa em relação às três questões apresentadas
463 (documento em anexo) visto que se deve cumprir a Resolução 016/2010, sendo que a data
464 limite expirou em 30 de março de 2012, porém entendeu-se ainda que o CEAS deve oficializar
465 junto ao CNAS a presente consulta. Encaminhamento: envio de ofício ao CNAS informando sobre
466 a situação do município de Paranaguá afim de um respaldo para responder ao solicitado.
467 **2) Minuta de Orientação Conjunta CEAS/CIB sobre as Leis Municipais.** A Comissão
468 deliberou pelo encaminhamento do documento aos Conselheiros, os quais deverão fazer
469 contribuições por e-mail para a próxima reunião. **3) Ofício nº 051/2012 do Conselho**
470 **Municipal de São José dos Pinhais.** A Comissão orienta que o próprio CMAS de São José dos
471 Pinhais: **a)** verifique se os serviços apontados no Plano de Ação das Comunidade Terapêuticas
472 em foco atendem os critérios de algum serviço da Tipificação Nacional dos serviços
473 socioassistenciais, pois se faz necessário conhecer os serviços oferecidos pelas entidades. **b)** os
474 programas e projetos mencionados no item 2 do mesmo ofício, conforme art. 2º da resolução
475 033 de 28/11/11 a Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho se dá por meio de um

476 conjunto integrado de ações das diversas políticas cabendo à Assistência Social ofertar ações de
477 proteção social que viabilizem a promoção do protagonismo, a participação cidadã, a mediação
478 do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para a construção de estratégias
479 coletivas, sendo assim, entende-se que esses serviços devem estar referenciados à Política de
480 Assistência Social, sendo esta uma das mediadoras. Encaminhamento: enviar ofício ao CMAS de
481 São José solicitando maiores esclarecimentos quanto à Comunidade Terapêutica e com relação a
482 inclusão produtiva, orientar que as Resoluções 033 e 018 e a tipificação dos serviços
483 socioassistenciais deverão ser interpretadas pelo próprio Conselho Municipal, de acordo com a
484 realidade local. Solicitar ao Escritório Regional de Curitiba que realize uma visita, em relação a
485 Comunidade Terapêutica, em conjunto com o Conselho Municipal. **4) Resolução CIT:**
486 **Cadastro Nacional de Entidade.** A Comissão deliberou pela leitura da Resolução nº 10 de 25
487 de junho de 2012 da CIT para conhecimento dos Conselheiros e o encaminhamento da mesma
488 para os Escritórios Regionais da SEDS. Encaminhamento: ofício circular para os Gestores
489 Municipais, para os Escritórios Regionais e para os Conselheiros. **5) Minuta de Nota Técnica**
490 **sobre os fluxos de recursos de indeferimento das entidades pelos CMAS (Deliberação**
491 **004/2012 CEAS/PR).** A Comissão sugere que a minuta seja submetida para apreciação e
492 votação da plenária. Encaminhamento: a nota será disponibilizada no site e encaminhada aos
493 Conselheiros. **Parecer da Plenária: APROVADO. • Comissão de Revisão do Regimento**
494 **Interno – Relatora Helena,** A Comissão solicitou a nova redação da Lei Estadual que cria o
495 CEAS/PR. A Secretária Executiva Helena nos mostrou as dificuldades que o Regimento Interno
496 provoca nas ações da Secretaria Executiva e na própria dinâmica do Conselho. Como exemplo, a
497 substituição do Conselheiro quando de suas faltas, que a pessoa a substituir não participou de
498 todas as conferências, até porque as vagas municipais, regionais e estadual elegem poucos
499 delegados, engessando o processo; entre outros problemas que foram elencados na prática pela
500 Secretaria Executiva. Fica estabelecido que as propostas de Helena serão enviadas por e-mail
501 aos Conselheiros da Comissão e analisadas, com envio de sugestões à Secretaria Executiva do
502 CEAS antes da próxima reunião. • **Aprovado o relatório • Comissão da Frente**
503 **Parlamentar – Conselheira Inês Roseli.** Sem nenhum ponto de pauta, restando a informação
504 sobre a realização de encontro com a Deputada Marla Tureck, quando ficou pautada uma
505 agenda com a Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda B. Vieira
506 Richa. • **Aprovado o relatório • Comissão de Convivência Familiar e Comunitária –**
507 **Relatora Conselheira Neiva.** A técnica Neiva abordou a construção do Plano Estadual de
508 Convivência Familiar e Comunitária, composto por 4 eixos. Os relatos dessa Comissão serão
509 apresentados aos Conselheiros. A Comissão está num processo de planejamento para ações
510 importantes na discussão do direito à convivência familiar e comunitária. Estão previstas ações
511 como: realização de diagnóstico dos serviços de acolhimento e de reinserção familiar no Estado
512 do Paraná; capacitações para equipes do sistema de garantia de direitos e capacitações
513 específicas para a rede de acolhimento de adolescentes. • **informes sobre o Programa**
514 **Família Paranaense será abordado na próxima Assembleia • Convênios com os CRAS**
515 **remanescentes.** Houve a solicitação do **Conselheiro Plínio,** no sentido de receber o índice de
516 Vulnerabilidade das famílias. • **Plano de Providência dos CRAS.** Segundo a **técnica Deise,**
517 os Municípios já resolveram suas pendências, e o prazo para o preenchimento é de 06/07 a
518 06/08. Dos 438 CRAS em plano de providências, 119 encontram-se em execução, 268 já estão

519 resolvidos e 51 não conseguirão cumprir esse compromisso. • **Desempenho no**
520 **acompanhamento da Saúde no PBF – 1ª Vigência 2012 – Conselheiro Nircélio.** Paraná
521 com índice acima da média nacional 74.82, não havendo nenhum Município com índice abaixo
522 de 20%. nesse momento , a **Conselheira Delvana** informou ter feito contato com a SEED e
523 foram disponibilizadas 2 vagas para Conselheiros da Sociedade Civil, para participarem da
524 capacitação a ser realizada nos dias 26 e 27/07, no Hotel Elo Inn (Operadores Master sobre o
525 sistema presença), foram indicados os conselheiros Plínio e Inês Roseli. • **Painel de**
526 **indicadores das Condicionalidades.** Segundo foi informado, dos 399 Municípios 368 estavam
527 com informações defasadas; esses recebem um incentivo financeiro para, ano a ano,
528 fornecerem essas informações, a pedido do Ministério. Segundo a **Conselheira Delvana**
529 (SEED), há duas semanas ocorreu uma capacitação em Brasília, onde foi possível identificar
530 cinco Municípios paranaenses com índice baixo na Saúde. As possíveis soluções a serem
531 discutidas com os Municípios já foram apontadas, no sentido de torná-los proativos. • **Informes**
532 **da CIB e CIT –** (serão encaminhados por e-mail posteriormente). • **Encontro de Saúde**
533 **Mental – dias 10 e 11/07 no Colégio Estadual do Paraná. Encerramento.** A Presidente Ad
534 Hoc agradeceu a presença dos Conselheiros e demais convidados, encerrando a Assembleia
535 Ordinária. A presente ata foi digitada por Ana Paula Cordeiro Casagrande, e lavrada por Regina
536 Amasiles Rodrigues Costa. Depois de lida e aprovada, será anexada a cópia da lista assinada
537 pelos Conselheiros presentes nessa reunião.

538